



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
Atos do Prefeito

DECRETO Nº 14.341/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 4º, da Lei nº 3565/2020, de 30 de dezembro de 2020.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e outras alterações orçamentárias ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R\$ 147.204.332,27 (cento e quarenta e sete milhões, duzentos e quatro mil, trezentos e trinta e dois reais e vinte e sete centavos) para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do § 1º do artigo 43, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 31 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 31 DE MARÇO DE 2022.

Axel Graef – Prefeito

ANEXO AO DECRETO Nº 14.341/2022

CRÉDITO SUPLEMENTAR E OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

ÓRGÃO/UNIDADE		PROGRAMA DE TRABALHO	ND	FT	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
10.01	SECRETARIA EXECUTIVA DO PREFEITO	04.122.0900.0966	335041	138	6.175,00	-
10.52	NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO - NELTUR	04.122.0900.4201	339047	100	2.000,00	-
12.10	FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA GERAL DE NITERÓI	04.122.0145.4192	339030	203	1.100,00	-
14.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	27.571.0149.3420	332041	138	70.698,24	-
14.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	27.811.0137.6011	339041	138	20.000,00	-
14.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	27.811.0137.6020	339041	138	24.000,00	-
16.01	SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA	04.122.0145.6251	339036	138	108.000,00	-
16.74	FUNDO BANCO COMUNITARIO DE NITERÓI	08.244.0124.6240	339048	138	46.096.420,00	-
22.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE	04.122.0145.4201	339047	138	583,13	-
22.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE	26.782.0053.6187	339030	138	24.938,00	-
22.82	NITERÓI TRANSPORTE E TRANSITO S/A - NITTRANS	04.122.0145.6337	339030	138	780,00	-
22.83	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTE	04.122.0145.0966	335041	138	25,00	-
22.83	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTE	26.782.0011.4022	339047	203	1.500,00	-
22.83	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTE	26.782.0011.4023	339047	138	1.500,00	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.122.0145.4955	339047	100	15.351,00	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.122.0145.4955	319004	100	1.931.756,75	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.122.0145.4955	319013	100	353.073,00	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.122.0145.6273	339039	207	20.000,00	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.301.0133.6251	339039	207	162.000,00	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.302.0133.6170	335085	114	33.099.129,09	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.302.0133.6170	335085	138	9.812.247,18	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.302.0133.6170	335085	207	4.410.836,39	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.302.0133.6179	335085	138	38.237.319,09	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.302.0151.6182	335085	138	2.232.193,62	-
26.01	SEC MUNICIPAL DE CONSERVACAO E SERVICOS PÚBLICOS	04.122.0145.4087	339039	138	168.689,20	-
26.01	SEC MUNICIPAL DE CONSERVACAO E SERVICOS PÚBLICOS	04.122.0145.6126	339039	138	576.000,00	-
26.01	SEC MUNICIPAL DE CONSERVACAO E SERVICOS PÚBLICOS	15.122.0145.6272	449052	138	17.600,00	-
41.41	FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI - FAN	13.392.0136.6201	339039	138	199.166,65	-
41.41	FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI - FAN	28.846.0900.4182	339093	138	137.809,62	-
42.01	SEC MUN MEIO AMB, REC. HÍDRICOS E SUSTENTABILIDADE	04.122.0145.6273	339039	138	18.000,00	-
42.61	COMPANHIA DE LIMPEZA DE NITERÓI - CLIN	04.122.0145.6337	339030	138	7.000,00	-
42.61	COMPANHIA DE LIMPEZA DE NITERÓI - CLIN	17.122.0145.6272	449051	138	26.000,00	-
42.61	COMPANHIA DE LIMPEZA DE NITERÓI - CLIN	17.122.0145.6272	449052	138	17.000,00	-
42.61	COMPANHIA DE LIMPEZA DE NITERÓI - CLIN	17.512.0147.6116	339030	138	10.000,00	-
53.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	15.451.0147.5320	449061	138	18.000,00	-
53.51	EMPRESA MUN DE MORADIA, URBANIZACAO E SANEAMENTO	15.451.0010.5072	449039	138	8.514.909,30	-
53.51	EMPRESA MUN DE MORADIA, URBANIZACAO E SANEAMENTO	15.452.0010.6218	339039	138	796.000,00	-
67.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	04.122.0145.6251	339036	138	49.567,01	-
81.01	SECRETARIA MUNICIPAL DO CLIMA	18.542.0147.6212	339035	138	16.965,00	-
10.01	SECRETARIA EXECUTIVA DO PREFEITO	04.122.0900.0966	337170	138	-	6.175,00
10.52	NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO - NELTUR	28.843.0900.4190	469071	100	-	2.000,00
12.10	FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA GERAL DE NITERÓI	04.122.0145.4192	339039	203	-	1.100,00
14.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	27.811.0137.6011	339039	138	-	90.698,24
14.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	27.811.0137.6013	339039	138	-	12.583,34
14.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	27.811.0137.6020	339039	138	-	11.416,66

16.01	SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA	08.244.0124.6240	339039	138	-	46.096.420,00
16.01	SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA	08.306.0027.3534	449052	138	-	108.000,00
22.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE	04.122.0145.4191	339030	138	-	583,13
22.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE	26.782.0053.6700	339030	138	-	24.938,00
22.82	NITEROI TRANSPORTE E TRANSITO S/A - NITTRANS	04.122.0145.4191	339030	138	-	780,00
22.83	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTE	04.122.0145.4192	339039	138	-	1.525,00
22.83	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTE	04.122.0145.4192	339039	203	-	1.500,00
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.122.0133.6150	339039	138	-	2.232.193,62
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.122.0145.6126	339039	138	-	576.000,00
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.301.0133.6151	339039	100	-	2.300.180,75
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.301.0133.6171	339030	207	-	20.000,00
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.302.0133.6170	339039	114	-	33.099.129,09
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.302.0133.6170	339039	138	-	9.812.247,18
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.302.0133.6170	339039	207	-	4.572.836,39
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.302.0133.6179	339039	138	-	38.237.319,09
26.01	SEC MUNICIPAL DE CONSERVACAO E SERVICOS PÚBLICOS	04.122.0145.4191	339030	138	-	17.600,00
26.01	SEC MUNICIPAL DE CONSERVACAO E SERVICOS PÚBLICOS	18.452.0010.4181	339039	138	-	168.689,20
41.41	FUNDACAO DE ARTE DE NITEROI - FAN	04.122.0145.4187	339039	138	-	199.166,65
41.41	FUNDACAO DE ARTE DE NITEROI - FAN	13.392.0136.4108	339036	138	-	137.809,62
42.01	SEC MUN MEIO AMB, REC. HÍDRICOS E SUSTENTABILIDADE	04.122.0145.4191	339039	138	-	18.000,00
42.61	COMPANHIA DE LIMPEZA DE NITEROI - CLIN	04.122.0145.6337	339040	138	-	7.000,00
42.61	COMPANHIA DE LIMPEZA DE NITEROI - CLIN	17.122.0145.6272	339039	138	-	43.000,00
42.61	COMPANHIA DE LIMPEZA DE NITEROI - CLIN	17.512.0147.5046	339030	138	-	10.000,00
53.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	18.541.0147.3073	339047	138	-	18.000,00
53.51	EMPRESA MUN DE MORADIA, URBANIZACAO E SANEAMENTO	04.122.0145.4191	339039	138	-	8.514.909,30
53.51	EMPRESA MUN DE MORADIA, URBANIZACAO E SANEAMENTO	15.451.0138.3097	449051	138	-	796.000,00
67.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	04.122.0145.4191	339036	138	-	49.567,01
81.01	SECRETARIA MUNICIPAL DO CLIMA	18.542.0147.6212	339039	138	-	16.965,00
TOTAL DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS					147.204.332,27	147.204.332,27

NOTA:
FONTE 100 – ORDINÁRIOS PROVENIENTES DE IMPOSTOS
FONTE 114 – TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS PROVENIENTES DE IMPOSTOS
FONTE 138 – COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS
FONTE 203 – RECURSOS PRÓPRIOS NÃO FINANCEIROS
FONTE 207 – RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
DECRETO Nº 14.342/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 4º, da Lei nº 3565/2020, de 30 de dezembro de 2020.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e outras alterações orçamentárias ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R\$ 598.888,96 (quinhentos e noventa e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e noventa e seis centavos) para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso I, do § 1º do artigo 43, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 31 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 31 DE MARÇO DE 2022.

Axel Graef – Prefeito

ANEXO AO DECRETO Nº 14.342/2022
CRÉDITO SUPLEMENTAR E OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

ÓRGÃO/UNIDADE		PROGRAMA DE TRABALHO	ND	FT	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
42.01	SEC MUN MEIO AMB, REC. HÍDRICOS E SUSTENTABILIDADE	18.541.0147.5082	339036	502	9.600,00	-
42.01	SEC MUN MEIO AMB, REC. HÍDRICOS E SUSTENTABILIDADE	18.541.0147.6187	339039	502	102.489,00	-
42.01	SEC MUN MEIO AMB, REC. HÍDRICOS E SUSTENTABILIDADE	18.541.0147.6332	339030	502	40.000,00	-
42.01	SEC MUN MEIO AMB, REC. HÍDRICOS E SUSTENTABILIDADE	18.541.0147.6332	339039	502	149.100,00	-
72.01	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM	04.451.0010.5072	449151	538	297.699,96	-
SUPERÁVIT FINANCEIRO				502	-	301.189,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO				538	-	297.699,96
TOTAL DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS					598.888,96	598.888,96

NOTA:
FONTE 502 – SUPERÁVIT FINANCEIRO CONVÊNIO
FONTE 538 – SUPERÁVIT FINANCEIRO COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS
DECRETO nº 14.343/2022

Atualiza a fase 3 do Programa Novo Normal Niterói - definindo novas recomendações de medidas intersetoriais para melhor apoiar a população na transição do



enfrentamento à epidemia causada pelo Sars-CoV-2 (COVID-19) no âmbito do Município de Niterói.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições legais, e **CONSIDERANDO** que a fase 3 do Programa Novo Normal Niterói, que foi iniciada em 12 de março de 2022, quando a cobertura vacinal de idosos atingiu mais de 90% do esquema completo, de adultos mais de 90% com duas doses, de adolescentes mais de 50% com duas doses e de crianças (5-11 anos) mais de 60 % com a primeira dose, mantêm seus indicadores estáveis;

CONSIDERANDO que Desde de 12 de março de 2022 o acesso a determinados espaços e estabelecimentos foi condicionado à comprovação de vacinação contra a COVID-19,

DECRETA

Art. 1º Ficam estabelecidas as novas ações e medidas a fase 3 do Programa Novo Normal Niterói:

- I - Suspensão da obrigatoriedade do uso de máscara em locais abertos e fechados;
- II - Recomendação do uso de máscara:
 - a) para pessoas pertencentes a grupos de risco para COVID-19 (imunossuprimidos, gestantes e idosos);
 - b) para pessoas com sintomas gripais;
 - c) para serviços de saúde assistenciais (hospitais, laboratórios, clínicas, farmácias e afins);
 - d) em transportes coletivos e públicos.
- III - Suspensão da obrigatoriedade do uso de máscara em estabelecimentos educacionais, em espaços abertos e fechados.
- IV - Permissão de funcionamento de casas noturnas, pubs e boates, bem como teatros, cinemas e museus com até 100% da capacidade de público, mediante comprovação de esquema vacinal completo;
- V - Permissão de realização de grandes eventos com até 100% da capacidade de público, mediante comprovação do esquema vacinal completo;

Parágrafo único. Ficam mantidas as orientações de medidas de proteção à vida, tais como higienização das mãos e ventilação de ambientes.

Art. 2º Fica permitido que estabelecimentos privados de qualquer natureza exijam, a seu critério, o uso de máscaras em suas dependências.

Art. 3º A comprovação vacinal poderá ser feita por meio do aplicativo ConecteSUS ou comprovante/caderneta/cartão de vacinação impresso em papel timbrado, emitido no momento da vacinação pela Secretaria Municipal de Saúde de Niterói, institutos de pesquisa clínica ou outras instituições governamentais nacionais ou estrangeiras.

§ 1º A comprovação de vacinação deve ser feita de acordo com a etapa do calendário vacinal, ou seja, o esquema vacinal pessoal deve estar em dia com o calendário oficial de vacinação.

§ 2º O acesso e permanência fica condicionado à apresentação do comprovante vacinal contra a COVID-19:

- I - Em museus, bibliotecas públicas, cinemas, teatros, salas culturais e exposições de artes em ambiente fechados;
 - II - Nos parques de diversão, circos e outras atividades de entretenimento em ambientes fechados;
 - III - Em academias de ginástica, centros de treinamento, estádios e ginásios;
 - IV - Em pontos turísticos que possuam controle de entrada, tais como, cobrança de tickets de acesso ou cadastro;
 - V - Em eventos coletivos realizados em espaços fechados, incluindo shows, conferências, convenções e feiras comerciais;
 - VI - Nas casas de festas, casas noturnas, pubs e boates;
 - VII - Em atividades vinculadas a projetos sociais e esportivos desenvolvidos pelo Município de Niterói (trabalhadores e usuários).
- Art. 4º** Fica recomendada a exigência de apresentação do comprovante vacinal contra a COVID-19 para acesso e permanência:
- I - Em piscinas e clubes sociais;
 - II - Em estabelecimentos comerciais e econômicos;
 - III - Em condomínios residenciais nas áreas de lazer e atividades comuns do condomínio, tais como salão de festas, academias, sala de jogos, piscinas, churrasqueiras, salas de home-office e afins;
 - IV - Em estabelecimentos de saúde públicos e privados;
 - V - Em estabelecimentos educacionais públicos e privados.

Art. 5º Fica sob a responsabilidade dos estabelecimentos relacionados no § 2º do art. 3º do presente Decreto zelar pelas condições necessárias:

- I - para o controle da apresentação de comprovante vacinal e documento de identificação individual com foto, na entrada dos espaços, sem promover aglomerações;
- II - ao atendimento às medidas de proteção, de acordo com as orientações aplicáveis ao tipo de estabelecimento respectivo.

Art. 6º Será considerada infração com responsabilização administrativa a apresentação falsificada de comprovante vacinal contra a COVID-19, assim como, a produção e comercialização de documentos comprobatórios falsos.

Art. 7º Ficará suspensa a obrigatoriedade da apresentação do comprovante vacinal quando a cobertura vacinal da população adulta (a partir de 18 anos), residente no município, com o esquema vacinal completo (mínimo de 3 doses) atingir 70% da população elegível.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 31 DE MARÇO DE 2022.

AXEL GRAEL - PREFEITO

Portarias

Port.242/2022- Considera exonerada, a pedido, a contar de 14/03/2022, **ROSIMAR DE OLIVEIRA COSTA** do cargo de Chefe de Divisão de Suprimentos e Compras, FMS-5, da Superintendência de Administração, da Fundação Municipal de Saúde.

Port.243/2022- Considera nomeada, a contar de 01/04/2022, **GLAUCIA GOMES DA CONCEIÇÃO** para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Suprimentos e Compras, FMS-5, da Superintendência de Administração, da Fundação Municipal de Saúde, acrescido das gratificações previstas na CI nº 01/09.

Port.244/2022- Considera exonerada, a pedido, a contar de 01/04/2022, **JÚLIA MOREIRA BATISTA** do cargo de Encarregado A, CC-4, da Secretaria Municipal de Administração.

Port.245/2022- Considerar nomeada, a contar de 01/04/2022, **IARA COSTA DE MIRANDA** para exercer o cargo de Encarregado A, CC-4, da Secretaria Municipal de Administração, em vaga da exoneração de Júlia Moreira Batista, acrescido das gratificações previstas na CI nº 01/09.

Port.246/2022- Considera exonerada, a pedido, a contar de 01/04/2022, **LUCIANA BARROS DO NASCIMENTO** do cargo de Assessor A, CC-1, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos.

Port.247/2022- Considera exonerada, a contar de 01/04/2022, **JÚLIA DE MIRANDA GOROMAR** do cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Executiva, por ter sido nomeada para cargo incompatível.

Port.248/2022- Considera nomeada, a contar de 01/04/2022, **ANDREZZA SOARES MOURA** para exercer o cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Executiva, em vaga da exoneração de Júlia de Miranda Goromar, acrescido das gratificações previstas na CI nº 01/09.

Port.249/2022- Considera exonerada, a pedido, a contar de 01/04/2022, **VALÉRIA LOPES DA SILVA** do cargo de Assessor A, CC-1, da Secretaria Executiva.

Port.250/2022- Considera nomeada, a contar de 01/04/2022, **JÚLIA DE MIRANDA GOROMAR** para exercer o cargo de Assessor A, CC-1, da Secretaria Executiva, em vaga da exoneração de Valéria Lopes da Silva, acrescido das gratificações previstas na CI nº 01/09.

Port.251/2022- Considera exonerada, a contar de 01/04/2022, **ANDREZZA SOARES MOURA** do cargo de Assessor C, CC-3, da Secretaria Executiva, por ter sido nomeada para cargo incompatível.

Port.252/2022- Considera nomeada, a contar de 01/04/2022, **AMALIA ADRIANE DOS ANJOS** para exercer o cargo de Assessor C, CC-3, da Secretaria Executiva, em vaga da exoneração de Andrezza Soares Moura, acrescido das gratificações previstas na CI nº 01/09.

Port.253/2022- Considera exonerada, a pedido, a contar de 01/04/2022, **CLAUDIA CRISTIANE DA VEIGA LYRIO** do cargo de Assessor C, CC-3, da Secretaria Executiva.

Port.254/2022- Considera exonerado, a pedido, a contar de 01/04/2022, **RAPHAEL ROCHA BARROS COSTA** do cargo de Secretário, SM, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos.

Port.255/2022- Considera exonerado, a pedido, a contar de 01/04/2022, **LEONARDO SOARES GIORDANO** do cargo de Secretário, SM, da Secretaria Municipal das Culturas.

Port.256/2022- Considera nomeado, a contar de 01/04/2022, **ALEXANDRE DE SOUZA SANTINI RODRIGUES** para exercer o cargo de Secretário, SM, da Secretaria Municipal das Culturas, em vaga da exoneração de Leonardo Soares Giordano.

Port.257/2022- Considera exonerada, a contar de 01/04/2022, **JULIANA SOARES BAPTISTA DA SILVA** do cargo de Assessor C, CC-3, da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Geotecnia, por ter sido nomeada para cargo incompatível.

Port.258/2022- Considera nomeada, a contar de 01/04/2022, **GLAUCE MARCOLINO VIEIRA DE ABREU ALMEIDA** para exercer o cargo de Assessor C, CC-3, da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Geotecnia, em vaga da exoneração de Juliana Soares Baptista da Silva, acrescido das gratificações previstas na CI nº 01/09.

Port.259/2022- Considera exonerado, a contar de 01/04/2022, **YURI SISINO DOS SANTOS FELIPE** do cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Geotecnia, por ter sido nomeado para cargo incompatível.

Port.260/2022- Considera nomeada, a contar de 01/04/2022, **JULIANA SOARES BAPTISTA DA SILVA** para exercer o cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Geotecnia, em vaga da exoneração de Yuri Sisino dos Santos Felipe, acrescido das gratificações previstas na CI nº 01/09.

Port.261/2022- Considera exonerado, a contar de 01/04/2022, **ALLAN WILIS PEREIRA STURMS** do cargo de Assessor A, CC-1, da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Geotecnia.

Port. 262/2022- Considera nomeado, a contar de 01/04/2022, **YURI SISINO DOS SANTOS FELIPE** para exercer o cargo de Assessor A, CC-1, da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Geotecnia, em vaga da exoneração de Allan Wilis Pereira Sturms, acrescido das gratificações previstas na CI nº 01/09.

Port.263/2022- Considera exonerado, a pedido, a contar de 01/04/2022, **RICARDO BATISTA DA SILVA JUNIOR** do cargo isolado, de provimento em comissão, de Assessor C, símbolo CC-3, do Quadro Permanente, da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Port.264/2022- Considera nomeado, a contar de 01/04/2022, **CARLOS HENRIQUE BONIFÁCIO DOS SANTOS** para exercer o cargo isolado, de provimento em comissão, de Assessor C, símbolo CC-3, do Quadro Permanente, da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, em vaga da exoneração de Ricardo Batista da Silva Junior, acrescido das gratificações previstas na CI nº 01/09.

Port.265/2022- Considera exonerada, a pedido, a contar de 01/04/2022, **THAYS LUNDGREN AZEVEDO** do cargo isolado, de provimento em comissão, de Assessor B, símbolo CC-2, do Quadro Permanente, da Secretaria Municipal de Educação.

Port.266/2022- Considera nomeada, a contar de 01/04/2022, **DOMITILA DUARTE E SILVA** para exercer o cargo isolado, de provimento em comissão, de Assessor B, símbolo CC-2, do Quadro Permanente, da Secretaria Municipal de Educação, em vaga da exoneração de Thays Lundgren Azevedo, acrescido das gratificações previstas na CI nº 01/09.



Port.267/2022- Considera exonerada, a contar de 01/04/2022, **DOMITILA DUARTE E SILVA** do cargo isolado, de provimento em comissão, de Assessor C, símbolo CC-3, do Quadro Permanente, da Secretaria Municipal de Educação.

Port.268/2022- Considera nomeada, a contar de 01/04/2022, **NATHALIA GREGORY DE REZENDE** para exercer o cargo isolado, de provimento em comissão, de Assessor C, símbolo CC-3, do Quadro Permanente, da Secretaria Municipal de Educação, em vaga da exoneração de Domitila Duarte E Silva, acrescido das gratificações previstas na CI nº 01/09.

Port.269/2022- Considera exonerada, a pedido, a contar de 01/04/2022, **JÉSSICA FERNANDES BRAGA** do cargo de Diretor, CC-3, da E.M. Professor Horácio Pacheco, da Fundação Municipal de Educação.

Port.270/2022- Considera exonerada, a contar de 01/04/2022, **CRISTIANE DA CRUZ PORTO** do cargo de Diretor Adjunto, CC-4, da E.M. Professor Horácio Pacheco, da Fundação Municipal de Educação, por ter sido nomeada para cargo incompatível.

Port.271/2022- Considera nomeada, a contar de 01/04/2022, **CRISTIANE DA CRUZ PORTO** para exercer o cargo de Diretor, CC-3, da E.M. Professor Horácio Pacheco, da Fundação Municipal de Educação, em vaga da exoneração de Jéssica Fernandes Braga dos Santos, acrescido das gratificações previstas na CI nº 01/09.

Port.272/2022- Considera exonerado, a contar de 01/04/2022, **ALEXANDRE DE SOUZA SANTINI ALVES** do cargo de Subsecretário, SS, da Secretaria Municipal das Culturas.

Port.273/2022- Considera designado, a contar de 01 de abril de 2022, o Subsecretário **RAFAEL ADONIS DE ASSIS FILHO** para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pelo expediente da Secretaria Municipal de Direitos Humanos até ulterior deliberação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Atos do Secretário

PORT. Nº 681/2022- Prorroga, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1630/2021 – Processo nº 020/005130/2021.

PORT. Nº 682/2022- Prorroga, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1631/2021 – Processo nº 020/005131/2021.

PORT. Nº 683/2022- Prorroga, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1629/2021 – Processo nº 020/005128/2021.

PORT. Nº 684 /2022- Prorroga, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1626/2021 – Processo nº 020/005124/2021.

PORT. Nº 685/2022- Prorroga, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1627/2021 – Processo nº 020/005125/2021.

PORT. Nº 686/2022- Prorroga, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1628/2021 – Processo nº 020/005127/2021.

PORT. Nº 695/2022- Tornar insubsistente a Portaria nº 434/2021, publicada em 21 de maio de 2021, por erro material.

Despachos do Secretário

Abono Refeição – Deferido – 20/815/2022

Sindicância – 20/5898/2021 – Arquite-se de acordo com a conclusão da COPAD

Abono Permanência – Deferido – 20/1052/2022

Revisão de Quinquênio – Indeferido – 20/1242/2022

Insalubridade – Indeferido – 20/1094/2022

Pagamento de férias não gozadas – Indeferido – 20/1121, 918/2022

Progressão Funcional – Indeferido – 20/911, 790, 789/2022

Adicional – Deferido – 20/1186/2022

APOSTILA DE FIXAÇÃO DE PROVENTOS

Ficam fixados, em **R\$ 6.622,63** (Seis mil seiscentos e vinte e dois reais e sessenta e três centavos), os proventos mensais de **JORGE LUIZ ALVES DE SOUZA**, aposentado no cargo de **AGENTE DE PROCURADORIA, nível PA-3, classe A**, do Quadro Permanente, matrícula nº **1221.690-1**, ficando cancelada a apostila, publicada em **18/03/2022**, conforme as parcelas abaixo discriminadas:

Vencimento do cargo- 3.615/2021, publicada em 28/07/2021- incisos I, II, III e o § único do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, publicada em 06/07/2005.....R\$2.635,98

Adicional de Tempo de Serviço- 35%- artigo 98 Inciso I e 145 da Lei nº 531/85, c/c o artigo 1º da Deliberação nº 2833/72, calculada face decisão Judicial no processo nº 0018842-90-2018.8.19.0002, (Administrativo número 70/5537/2019).....R\$1.716,98

Parcela de Direito Pessoal- artigo 98 inciso II da Lei nº 531/85, c/c o Art.2º da Lei nº 940/81 c/c Art5º da Lei nº 1.164/93.....R\$ 12,90

Parcela de Direito Pessoal- 2/3 do símbolo CC-4- artigo 98 inciso II da Lei nº 531/85 c/c artigo 17 da Lei nº 1.164/93, calculado sobre o símbolo CC-4.....R\$ 283,85

Parcela de Direito Pessoal- 70% de Tempo Integral, artigo 98, inciso II da Lei nº 531/85, c/c o artigo 17 da Lei nº 1.164/93 e artigo 5º inciso III, Decreto nº 3969/83, calculado sobre o cargo efetivo.....R\$ 1.845,19

Parcela de Direito Pessoal- 30% de Trabalho Técnico e Científico símbolo CC-4 artigo 98, inciso II da Lei nº 531/85, c/c o artigo 17 da Lei nº 1.164/93 e artigo 9º, Deliberação nº 2.937/75, calculado sobre o símbolo CC-4.....R\$ 127,73

TOTAL:.....R\$6.622,63

CORRIGENDA

Na portaria 1880/2021, publicada em 14 de dezembro de 2021, onde se lê Lourimar Magalhães Pinheiro, leia-se "**Lourimar Guimaraes Pinheiro**".

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA

Departamento de Fiscalização de Posturas

Despacho do Diretor

- AUTO DE INFRAÇÃO Nº 5464 de 24/03/2022 , DGS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA;
- AUTO DE INFRAÇÃO Nº 5463 de 24/03/2022 , DGS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA;
- AUTO DE INFRAÇÃO Nº 5453 de 22/03/2022, DGS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA;
- AUTO DE INFRAÇÃO Nº 5454 de 22/03/2022, DGS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.



Nos termos do artigo 492 III c/c artigo 472 da lei 2624/08, em virtude dos contribuintes não terem sido localizados nos endereços alvos das diligências fiscais ou por recusarem-se a recebê-las.

Processos: 130/000222 e 000223/2022- RB 04 – MINIMERCADO LTDA- Com base nas informações e legislações pertinentes, julgo **IMPROCEDENTE** o pedido de impugnação, mantendo os Autos de Infração nº 7414 e 7415. Dispondo o Requerente de 30 (trinta) dias pra interpor Recurso em Segunda Instância.

Processo: 130/000503/2022- LUAN FIGUEIREDO RIBEIRO- Com base nas informações e legislações pertinentes, julgo **IMPROCEDENTE** o pedido de impugnação, mantendo o Auto de Infração nº 5418. Dispondo o Requerente de 30 (trinta) dias pra interpor Recurso em Segunda Instância.

Processo: 130/000098/2022- JORGE LUIS SILVA FERREIRA- Com base nas informações e legislações pertinentes, julgo **IMPROCEDENTE** o pedido de impugnação, mantendo o Auto de Infração nº 5133. Dispondo o Requerente de 30 (trinta) dias pra interpor Recurso em Segunda Instância.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS
EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

O Diretor do DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS comunica que os abaixo relacionados, recusaram-se a assinar, ou receber as intimações e /ou autos de infração ou estavam ausentes, no momento da ação fiscal.

AUTO DE INFRAÇÃO

JERONIMO LUIZ DA SILVA BATISTA – Rua Ministro Otavio Kelly, 217- Icaraí- A.I.01836/2022; MILTON LUIZ C. SOARES PINTO – Rua Prof. Manoel José Ferreira, Qd 266, Lt 29B- Piratininga- A.I.01339/2022.

INTIMAÇÃO

ANA CRISTINA M. VICTER – R Mululo da Veiga, 47- Barreto-Int.30827/2022;
CHARLES S. MATTOS – Travessa José Bagueira Leal 58- Barreto- Int.30828/2022;
O PROPRIETÁRIO – Trav Santo Onofre 42/102- Fonseca- Int.30821/2022; LETICIA FREITAS – Trav Santo Onofre, 42/101- Fonseca- Int.30820/2022; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE GÁS NATURAL EIRELLI – R Benjamin Constant, 601- Fonseca-Int.30824/2022; CONDOMINIO SÃO BOAVENTURA – Alameda São Boaventura, 10290- Fonseca- Int.30819/2022; COND. EDIF. LIDIA COUTO – R Des. Lima Castro, 102- Fonseca- Int.30818/2022; O PROPRIETÁRIO – Rua Jornalista Sidney Correa, 453- Piratininga- Int.30548/2022; CARINA LEMOS PENNA – Rua Jurenil Andrade Costa, 1115- Maravista- Int.30547/2022; ROBERTA A. DE ALMEIDA – Rua Honduras, Lote 4, Qd 21- Serra Grande- Int.30545/2022; UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – Rua Tiradentes, 148- Ingá- Int.30138/2022; CONDOMÍNIO DO EDIF. CIDADE COIMBRA – Rua Tiradentes, 199- Ingá- Int.30137/2022.

Atos do Subsecretário de Trânsito e Transporte

Portaria SMU/SSTT Nº 0181/2022.

O Subsecretário de Trânsito e Transportes da Secretaria Municipal de Urbanismo, no cumprimento dos dispositivos do art. 24, da Lei Federal nº 9.503/97 CTB e ainda o Decreto Municipal nº 13.889/2021.

Considerando o conteúdo nos autos do PA nº 530001289/2021, bem com o parecer de fls. 05 da Diretoria de Planejamento de Transporte, Trânsito e Infraestrutura Viária da NITTRANS e o NADA OPOR da SSTT.

RESOLVE:

Art. 1º- Instituir área de baliza para exame de prática veicular na Praça Duque de Caxias.

Parágrafo Único: Novo Percurso de exame de prática veicular de categoria B, sendo este: Rua Coronel Tamarindo – Rua Passos da Pátria – Rua General Osório – Tv. Alfredo Azamor – Rua Alexandre Moura – Rua Coronel Tamarindo.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

EXTRATO Nº 015/2021 – SECONSER

Autorizo, na forma da lei, a dispensa da licitação com fundamento nos Artigos 23, II, Alínea "a" e 24, II da Lei Federal nº 8.666/93. PARTES: Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos e a empresa EMBRATOP GEO-TECNOLOGIA LTDA, OBJETO: Contratação de empresa especializada para executar serviço de manutenção e reparo dos equipamentos topográficos: Estação total Leica T502 e Níveis AL24M Spectra Precision; VALOR: R\$ 13.740,00 (treze mil setecentos e quarenta reais); Proc.nº 040/001442/2021; DATA: 05/10/2021.

EXTRATO Nº 016/2021 – SECONSER

Autorizo, na forma da lei, a dispensa da licitação com fundamento nos Artigos 23, II, Alínea "a" e 24, II da Lei Federal nº 8.666/93. PARTES: Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos e a empresa NOVA COMAUP PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, OBJETO: Aquisição de Cruzetas, Abraçadeira da transmissão, Parafusos da transmissão, flange da caixa de marcha, retentor da tampa traseira da caixa de marcha, para-choque completo, kit embreagem, cilindro de embreagem superior, cilindro de embreagem inferior, cuíca 30x30 e comutador de ignição completo do caminhão VW 24220, Placa KXH-4481, Número de ordem: 341, Ano: 2010; VALOR: R\$ 9.795,00 (nove mil setecentos e noventa e cinco reais); Proc.nº 040/000398/2022; DATA: 11/03/2022.

EXTRATO Nº 018/2021 – SECONSER

Autorizo, na forma da lei, a dispensa da licitação com fundamento nos Artigos 23, II, Alínea "a" e 24, II da Lei Federal nº 8.666/93. PARTES: Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos e a empresa LEANDRO ALVARENGA DE SOUZA, OBJETO: Contratação de empresa especializada para executar serviços de limpeza geral e pequenos reparos em 56 (cinquenta e seis) Aparelhos de Ar Condicionado que servem à SECONSER e Campo de São Bento; VALOR: R\$17.200,00 (dezessete mil e duzentos reais); Proc.nº 040/001845/2021; DATA: 07/12/2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

"CONVOCAÇÃO Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023 (PLDO 2023)

A Prefeitura Municipal de Niterói convoca a população residente nas cinco regiões do Município (Norte, Praias da Baía, Pendotiba, Oceânica e Leste) para a **Audiência Pública Virtual do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias** do exercício de 2023 (PLDO 2023).

Data: 08/04/2022 (sexta-feira)

Horário: 9h



Local: A audiência será realizada em ambiente virtual, que terá seu link divulgado no site www.seplag.niteroi.rj.gov.br na véspera.

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Município de Niterói/RJ, através da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, com endereço à Praça Fonseca Ramos, s/nº, Terminal Rodoviário - 5º andar, Niterói - Cep: 24.030-013, para fins de cumprimento ao art. 31, §5º, da Lei nº 13.465/2017 c/c art. 24, §5º, do Decreto nº 9.310/2018 que a regulamenta, **NOTIFICA:**

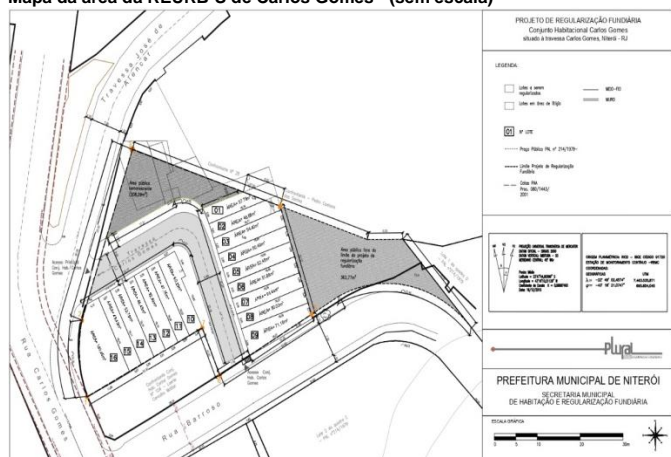
1. **Laerte Carvalho Mattar**, sendo desconhecido endereço para fins de notificação, **proprietário** do imóvel situado no bairro Barreto, município de Niterói, transcrito no 5º Subdistrito do 1º Distrito deste município, registrado sob o nº R.4 da matrícula 957, Livro 2A-1, fls. 185, de 20/02/1946 – 6ª Circunscrição, constituído pelo **lote nº 104**, na Travessa Carlos Gomes, Barreto, compreendendo prédio residencial, inscrito na PMN sob o nº 14.033 e respectivo terreno próprio, **é confrontante à área demarcada;**

2. **João Baptista de Miranda**, sendo desconhecido endereço para fins de notificação, **proprietário** do imóvel situado no bairro Barreto, município de Niterói, transcrito no 5º Subdistrito do 1º Distrito deste município, transcrito sob o nº de ordem 6.211, Lv 3-E, fls. 099, de 06/03/1975 – 6ª Circunscrição, constituído pelo **lote nº 28**, da Travessa José de Alencar, Barreto, **confrontante à área demarcada;**

3. **Terceiros eventualmente interessados;**

Cujos imóveis são confrontantes da área ocupada pela comunidade denominada Carlos Gomes, situada à Rua Barroso e Travessa José de Alencar, delimitada por uma poligonal, com superfície de 1.591,02m² e perímetro de 172,56m, formada por 7 pontos, que assim se descreve e caracteriza: delimitada por uma linha poligonal com início no ponto 1 (E=693998.774; N=7469190.404) na Rua Carlos Gomes, seguindo em arco de 15m de comprimento e raio de 24,50m confrontando com a Rua Carlos Gomes até o ponto 2 (E=693997.589; N=7469205.118), onde segue com azimute de 19,64° em seguimento único de reta por 35,00m, confrontando com a Travessa José de Alencar até o ponto 3 (E=694009.366; N=7469238.127), onde deflete 87,95° no sentido horário e segue em seguimento único de reta por 36,17m, confrontando com lote nº 28 e com o imóvel em litígio, de propriedade de Pedro Caetano dos Santos, até o ponto 4 (E=694043.846; N=7469227.201), onde deflete 53,45° no sentido horário e segue em seguimento único de reta por 22,12m, confrontando com a área pública de 363,77m² da matrícula 407 do RGI da 6ª Circunscrição da Comarca de Niterói até o ponto 5 (E=694051.107; N=7469206.202), onde deflete 99,66° no sentido horário e segue em seguimento único de reta por 24,34m, confrontando com a Travessa Barroso até o ponto 6 (E=694029.728; N=7469194.558) onde deflete 94,56° em sentido horário e segue em seguimento único de reta por 9,93m, confrontando com o lote nº 104, até o ponto 7 (E=694025.674; N=7469203.682) onde deflete 92,05° em sentido anti-horário e segue em seguimento único de reta por 30,00m, confrontando com o lote nº 104, até o ponto inicial fechando assim a poligonal, com o fim de informar que o referido imóvel é objeto de Procedimento de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social – REURB-S, promovido pelo Município de Niterói, através da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, sendo objeto do **Processo Administrativo nº 650000041/2017**, em razão da presença, nos imóveis, da comunidade urbana denominada **CARLOS GOMES**, ficando Vs. Sªs. devidamente **NOTIFICADAS**, em cumprimento ao disposto no §1º do art. 31 da Lei nº 13.465/2017 c/c §1º do art. 24 do Decreto nº 9.310/2018 que a regulamenta, do **PRAZO de 30 (trinta) dias para apresentação de impugnação ao referido procedimento, a qual, caso não apresentada, implicará a perda de eventual direito de que o notificado titularize sobre o imóvel objeto da REURB, na forma do §8º do art. 24 do Decreto nº 9.310/2018, bem como renderá ensejo à outorga de legitimação fundiária aos moradores pelo Poder Público, findo o respectivo processo.**

Mapa da área da REURB-S de Carlos Gomes - (sem escala)



SECRETARIA MUNICIPAL DAS CULTURAS

Atos do Secretário

PORTARIA SMC N.º 003/2022

O Secretário Municipal das Culturas, no uso das atribuições legais e considerando a Lei nº 3182, de 18 de dezembro de 2015.

CONSIDERANDO a importância do financiamento público a propostas culturais através dos editais e chamadas públicas de fomento à produção cultural local;

CONSIDERANDO o reconhecimento, incentivo, fomento e valorização da diversidade, da pluralidade e da singularidade das produções artísticas e/ou culturais;

CONSIDERANDO o incentivo a sustentabilidade de artistas, grupos, coletivos, companhias e demais profissionais dos campos artístico/culturais;



CONSIDERANDO a importância da implementação do calendário dos editais para a organização da cadeia produtiva do setor.

CONSIDERANDO a ampliação e democratização do acesso do público aos editais e chamadas públicas destinados ao setor cultural.

CONSIDERANDO a promoção a experimentação e a inovação no campo das linguagens artísticas e/ou culturais;

RESOLVE:

Art. 1º- Estabelecer um calendário fixo com a previsão do período de lançamento dos editais e chamadas públicas destinadas ao setor cultural a fim de que os agentes culturais possam programar suas atividades, projetos e propostas.

Art. 2º- O calendário deverá ser publicado anualmente pela Secretaria Municipal das Culturas em Portaria específica.

Art. 3º- O calendário do ano de 2022 obedecerá o seguinte cronograma:

PRAZO	EDITAL
ABRIL/2022	Chamada Pública de Teatro e Circo
MAIO/JUNHO/2022	Chamada Pública Geek
	Chamada Pública das Academia de dança
	Edital de Incentivo Fiscal - ISS/PTU
JULHO/AGOSTO/2022	Chamada Pública de Ativos Culturais
	Chamada Pública Cultura e Território
	Chamada Pública dos Equipamentos Culturais
SETEMBRO/OUTUBRO/2022	Chamada Pública de Fomento
NOVEMBRO/DEZEMBRO/2022	Chamada Pública de Pontos e Pontão de Cultura

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA FMS/FGA Nº 504/2022 - Tornar sem efeito as exonerações dos servidores efetivos relacionados nesta, referente à Port. Nº 441/2022, publicada em D.O. no dia 24/03/2022, em face de incorreções nos mapas de frequência, informado pelas Unidades:

• **JAN MICHAEL SOBEL**, cargo de Médico - Urologista, do Quadro Permanente de Pessoal da FMS.

• **DANIELLA RODRIGUEZ CURVAL**, cargo de Nutricionista, do Quadro Permanente de Pessoal da FMS.

EXTRATO

O Presidente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE de Niterói, no uso de suas atribuições legais, torna pública a renovação, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, dos contratos dos servidores temporários contratados por meio do Processo Seletivo Público Emergencial, destinado à ampliação imediata da cobertura assistencial à população, em decorrência da pandemia provocada pelo novo Coronavírus.

O presente extrato também será disponibilizado no endereço eletrônico: www.saude.niteroi.rj.gov.br.

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo, na forma da lei, a DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 13/2022 e processo, Administrativo nº 200/9171/2021 com base no inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666 adjudicando a aquisição de termômetros digitais para atender as necessidades das unidades de saúde e do almoxarifado de vacinas da rede municipal, por estarem preenchidos todos os requisitos legais autorizadores, a fim de que seja realizada a contratação da **JJA BRASIZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E SERVIÇOS DE REFORMAS EIRELI-ME** inscrita no CNPJ sob o nº 26.649.615/0001-37 localizada na Av.F (área II), 526, casa 1 – Nova Campinas – Duque de Caxias - RJ, C E P : 2 5 2 6 8 - 2 7 0 no valor de R\$ R\$17.282,00 (dezessete mil duzentos e oitenta e dois reais).

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS

Abono Permanência Deferido

20002501/2022 - ANA MARIA MONTEIRO DE CASTRO

2000481/2022 - GERALDO JACOB JORGE

20001383/2022 - ANA MARIA BENEVIDES CARVALHO

20003199/2022 - DENISE DA SILVA ERBAS

EXTRATO DO CONTRATO

O Presidente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o Processo Administrativo nº 200/5369/2022, em especial com o parecer jurídico, que opinou pela legalidade da renovação contratual, bem como com a manifestação do Controle Orçamentário, no qual consta que o novo prazo de validade dos instrumentos contratuais será de 01/04/2022 a 22/05/2022, torna público, no sítio eletrônico www.saude.niteroi.rj.gov.br, o Extrato do Contrato Individual de Trabalho por Tempo Determinado dos servidores temporários que atuam na Estratégia de Saúde da Família/Programa Médico de Família.

NOME DO CONTRATADO	ÓRGÃO DE LOTAÇÃO	INICIO DO CONTRATO	FINAL DO CONTRATO	FUNÇÃO	REMUNERAÇÃO MENSAL	DESPESA TOTAL
ALBA VALERIA RIBEIRO BARRETO	MMF DO MARAVISTA	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
ANDRE LUIS RANGEL DE OLIVEIRA	MMF DO VIRADOURO	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
ANGELO GAGLIARDI JUNIOR	PMF - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
ASTRID RODRIGUES NAVAS ZAMORA	PMF - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
AUGUSTO FABBRI AMARAL	MMF DO PALÁCIO	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
BRUNO BARROS PETRAGLIA	MMF DO PALÁCIO	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
CARLOS ALFREDO DE BRITO JUNIOR	MMF DO BADU	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
CARLOS EDUARDO NASCIMENTO ASSUMPCAO	MMF DO VIÇOSO JARDIM	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
CARLOS HENRIQUE CARVALHO DE ARAUJO	PMF BOA VISTA	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
CÉSAR TAKAMORI MIYABE OOKA	MMF DA ILHA DA CONCEIÇÃO	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
CLAUDIA OLIVEIRA LOMELINO	MMF DA PONTA DA AREIA	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
DANIELLE LOUREIRO LABORNE BORGES	MMF DO CAFUBA I	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
DRAUSIO LUIZ ALFRADIQUE CORREA	MMF DE VARZEA DAS MOÇAS	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10

EDGARDO ACUNA FERNANDEZ	MMF DO PREVENTORIO II	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
ELIZABETH PEIXOTO MOUZINHO	MMF DO MACEÍO	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
FERNANDA MORAES DAVID CAMPOS	MMF DO CAFUBA II	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
FERNANDO PIRES DE MELLO	MMF DO MARAVISTA	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
FRANCISCO GUSTAVO WILLNER MONACO	MMF DO ALARICO DE SOUZA	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
GEIZA DE MATTOS CAVALCANTE	MMF DE JURUJUBA	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
GENILCE FERREIRA LOTFI	MMF DA GROTA II	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
HAIALA PEDREIRA SANTOS DE LEMOS	MMF DO MATAPACA	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
IBSEN LUIS CORREA GUERRA	MMF DO CAFUBA I	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
INAIA SARAIVA PRUDENTE	MMF DO ENGENHO DO MATO	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
JOAO GABRIEL DO VALLE GARROT	MMF DO BADU	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
JOAO LUIZ DAMATO FIGUEIREDO	MMF DO CAFUBA III	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
JOSE AUGUSTO RIFAN	MMF DO CAFUBA I	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
JULIA BARRETO CARPI	MMF DO MARUI	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
JUSSARA MENDONCA QUINTES	MMF DO ENGENHO DO MATO	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
KARLA ORNELAS SANTOS	MMF DO CAFUBA III	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
KAROLINE DE OLIVEIRA PACHE DE FARIA	MMF DO MARITIMOS	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
LUCIA MARINA TOCCI LOURES	MMF DO CANTAGALO	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
LUCIANA GANDUR GUADAGNINI TORRES	MMF DA NOVA BRASILIA	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
MARCIO MEDEIROS GROBERIO	MMF DO CAVALÃO	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
MARIA VIVIANI MOURÃO DINIZ	MMF DA GROTA I	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
MERCIA LOPES JORDY	MMF DO VITAL BRAZIL	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
NADJA NAILA SALLES DE M MACHADO	MMF DA LEOPOLDINA	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
PATRICIA MARTINS RAMOS FONSECA	MMF DO SAPÊ	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
PAULINE NASCIF DE LANNES MENDONCA	MMF DO VITAL BRAZIL	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
RAQUEL ARAUJO MACEDO DE BRITO	MMF DO MATAPACA	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
RENATO MOREIRA BRETAS	MMF DA VILA IPIRANGA	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
RENATO TARCHI SENFFT	MMF DA NOVA BRASILIA	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
ROSANE MARIA AGUIAR C BARRETO	MMF DO ENGENHO DO MATO	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
ROSIMERE GOMES MUNIZ	MMF DA PONTA DA AREIA	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
SERGIO VINICIUS DA SILVA PINHEIRO	PMF - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
SIMONE MARTINS DE SOUZA	MMF DE JURUJUBA	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
TEREZINHA DE JESUS SILVA B TEIXEIRA	MMF DO SOUZA SOARES	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
VANESSA CRISTINA MARCELO DA SILVA	MMF DO SOUZA SOARES	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
VANESSA FERNANDES SOARES	MMF DA ILHA DA CONCEIÇÃO	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
VILMA VIEIRA DA SILVA	MMF DE JURUJUBA	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
VIVIAN CARLSON	MMF DO MARUI	01/04/2022	22/05/2022	MÉDICO DA FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 29.711,10
MICHELE DA SILVA MARTINS	MMF DA COLÔNIA DE PESCADORES	01/04/2022	22/05/2022	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.550,00	R\$ 3.289,44
ISAAC MARTINS DA ROSA PAULO	MMF DO VIRADOURO	01/04/2022	22/05/2022	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.550,00	R\$ 3.289,44

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL CONJUNTO Nº 001/2022**

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO NO PROGRAMA ESCOLA PARCEIRA 2022

A Secretaria Municipal de Educação – SME, com sede na Rua São Pedro, nº 108, Centro – Niterói – CEP: 24.020-055 e a Fundação Municipal de Educação - FME, com sede na Rua Visconde do Uruguai, nº 414, Centro – Niterói - CEP: 24.030-07, tornam público e de conhecimento dos Interessados o **CREDENCIAMENTO** de Instituições Privadas de Ensino para a prestação de serviços educacionais no âmbito do Programa Escola Parceira 2022, instituído pela Lei Municipal nº 3695 de 17 de março de 2022, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 14.340/2022 e regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e respectivas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Edital destina-se a credenciar Instituições Privadas de Ensino com ou sem finalidade lucrativa que estejam regularmente constituídas, interessadas em firmar com a FME contrato de prestação de serviço educacional no âmbito do Programa Escola Parceira 2022, para o atendimento escolar de crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos, por meio de bolsas de estudo na Educação Infantil (Creche e Pré-Escola), para o ano letivo de 2022, sendo 1600 (um mil e seiscentas) bolsas de horário parcial, divididas em 1350 (um mil trezentos e cinquenta) para crianças de 0 a 3 anos e 250 (duzentos e cinquenta) para crianças de 4 e 5 anos selecionadas pela SME, inscritas em lista de espera de pré matrícula na Rede Municipal de Educação, atendidas as condições de participação estabelecidas neste instrumento.

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1 O Edital se encontrará disponível no endereço eletrônico <http://www.educacaoniteroi.com.br/>, a partir das 14h do dia da publicação em Diário Oficial do Município. Os interessados, ao retirarem o edital pelo sítio eletrônico, deverão preencher o recibo de entrega e remeter à FME, por meio do e-mail programaescolaparcera2022@educacao.niteroi.rj.gov.br. A não remessa do recibo exime a Comissão de Credenciamento de informar eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.



2.2. Os Interessados poderão obter mais esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste instrumento convocatório ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, a qualquer momento durante a vigência do presente Credenciamento, pelo e-mail programaescolaparceira2022@educacao.niteroi.rj.gov.br.

2.3. Caberá ao Presidente da Comissão de Credenciamento responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento dos pedidos, com a divulgação da resposta a todos os interessados, por meio eletrônico na Internet.

2.4. Os interessados poderão formular impugnações ao Edital em até 1 (um) dia útil anterior ao início do prazo de Credenciamento, nos termos do subitem 5.1, por meio de processo administrativo a ser aberto no protocolo da FME, situada na Rua Visconde do Uruguai, nº 414, Centro – Niterói - CEP: 24.030-075.

2.4.1. Caberá à FME decidir sobre a impugnação, com a divulgação do resultado a todos os interessados, no endereço eletrônico <http://www.educacaoniteroi.com.br/> e por meio do Diário Oficial do Município.

2.5. É vedada a transferência total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente credenciamento.

3. DO PREÇO DOS SERVIÇOS

3.1. Pela prestação dos serviços, objeto do presente Edital, a FME pagará ao Credenciado, no máximo, os seguintes valores:

a) R\$575,63 (quinhentos e setenta e cinco reais e sessenta e três centavos) mensais por criança inscrita na modalidade de tempo parcial: horário de atendimento à criança de no mínimo 4 (quatro) horas diárias.

Se os valores per capita de referência (teto) excederem os valores praticados pela Instituição Privada de Ensino, não haverá crédito em seu favor da instituição, sendo repassado somente o valor por ela praticado.

O valor praticado pela Instituição Privada de Ensino deverá ser comprovado através de recibos ou qualquer outro documento de conhecimento público que declare o valor a ser cobrado por ela;

b) R\$575,63 (quinhentos e setenta e cinco reais e sessenta e três centavos) anuais a título de material pedagógico, consumo e uniforme, por criança inscrita, a serem ressarcidos após apresentação da prestação de contas em processo administrativo aberto para este fim, constando Declaração de Recebimento do Material Pedagógico e Uniforme (Anexo V), assinada pelo responsável do aluno;

3.2. Em hipótese alguma poderá ser cobrada qualquer sobretaxa em relação aos valores estabelecidos no subitem 3.1.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. Os recursos necessários à realização do objeto do presente Edital correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, para o corrente exercício de 2022, assim classificados:

FONTE DE RECURSOS: 108 e 138

PROGRAMA DE TRABALHO: 20.43.12.365.01.35.40.66

NATUREZA DA DESPESA: 33.90.39

4.2. As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício e previstas na Lei Orçamentária Anual.

5. DO PRAZO DE INSCRIÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO

5.1. O prazo de inscrição para o Credenciamento de que trata este Edital inicia no dia 07 de abril 2022 e finda no dia 14 de abril 2022, no horário de atendimento ao público da FME, das 9h às 16h.

5.2. Caso haja alterações nas disposições do presente credenciamento, este deverá ser republicado, sendo reaberto prazo para habilitação.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar Instituições Privadas de Ensino, regularmente constituídas, com sede no município de Niterói, que atendam às condições deste edital.

6.2. Para credenciamento ao Programa Escola Parceira 2022, a Instituição Privada de Ensino deverá obedecer cumulativamente aos seguintes requisitos:

a) ter ato autorizativo de funcionamento ativo por meio de alvará da Secretaria Municipal de Fazenda, assim como também, ato autorizativo de funcionamento escolar, por meio do Conselho Municipal de Educação;

b) ter toda a documentação para funcionamento atualizada, incluída a referente a normas de segurança; e

c) comprometer-se a não reduzir o número de empregados pelo período de abril de 2022 a janeiro de 2023.

6.2.1. As instituições que aderirem ao Programa deverão realizar prestações de contas mensais da utilização das vagas, que poderão ser auditadas pelo órgão central de controle interno do Município.

6.3. Será vedada a participação de Instituição Privada de Ensino que:

6.3.1. Não estejam regularmente constituídas ou, se estrangeiras, não estejam autorizadas a funcionar no território nacional;

6.3.2. Estejam em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

6.3.3. Tenham como dirigente agente político de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o Contrato, que mantenha vínculo estatutário com a FME/SME ou qualquer outro órgão da administração direta ou indireta do Município estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

6.3.4. Tenham sido punidas com suspensão do direito de licitar, contratar com a Administração ou inscritas no CADIN, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

6.3.5. Tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração direta ou indireta, com qualquer órgão público federal, estadual, municipal ou distrital;

6.3.6. Não possuam ato de autorização para funcionamento vigente em 2021, e que, a partir de 2022, não possuam ato autorizativo do Conselho Municipal de Educação para funcionamento.

6.3.7. Que não disponibilizem pelo menos 10 (dez) vagas para a execução da parceria.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 Poderão participar as instituições de ensino particulares, com ou sem finalidade lucrativa, desde que possuam ato autorizativo de funcionamento escolar expedido pelo Conselho Municipal de Educação de Niterói.

7.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2.1. Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Cédula de Identidade e CPF dos sócios e administradores, quando for o caso;
- b) Contrato Social ou ato constitutivo equivalente, desde que devidamente registrado e em vigor até a data da entrega dos documentos. Em se tratando de cooperativas, associações ou sociedades por ações, deverá ser fornecida ainda cópia da ata de eleição e documentos pessoais de seus administradores;

7.3. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

7.3.1. Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Documento de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Documento de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal;
- c) Certidão negativa de débitos ou positiva com efeitos de negativa, relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- d) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa relativa a débitos com a Fazenda Estadual;
- e) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa relativa a débitos com a Fazenda Municipal;
- f) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa relativa a débitos com o INSS;
- g) Certificado de Regularidade de Situação relativo ao FGTS, e
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.4.1. Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentadas certidões negativas de falências e recuperação judicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, sendo certo que serão admitidas, exclusivamente, a participação de instituições sediadas no Município de Niterói, conforme disposto no artigo 5º, inciso VIII, do Decreto Municipal nº 14.340/2022.

7.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.5.1. Para fins de comprovação de qualificação técnica, os Interessados deverão apresentar ato autorizativo de funcionamento ativo (alvará) emitido pela Secretaria Municipal de Fazenda e ato autorizativo de funcionamento escolar expedido pelo Conselho Municipal de Educação.

7.6. DA DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

7.6.1. Todos os Interessados deverão apresentar declaração de que não possuem em seus quadros funcionais nenhum menor de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de 16 (dezesesseis) anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (ANEXO XII)

7.6.2. Os Interessados poderão optar por apresentar a certidão negativa de ilícitos trabalhistas emitida pela Delegacia Regional do Trabalho ao invés da declaração mencionada no subitem 7.6.1.

7.7. DOS DOCUMENTOS DO SUBITEM 6.2.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO XII)

- a) Proposta Técnica (Anexo VI) informando o quantitativo de vagas a serem oferecidas por grupo/faixa etária, por unidade de ensino e respectivos(s) endereço(s), acrescido do valor total por aluno e, devidamente assinado pelo representante legal da entidade;
- b) Projeto Pedagógico, o Regimento Interno e o Calendário Letivo definido pela Instituição Privada de Ensino, que assegure o cumprimento da legislação em vigor;
- c) Quadro Funcional atualizado, em conformidade com o modelo constante no Anexo VII;
- d) Declaração de Inexistência de Vínculo com o Poder Público (Anexo VII);
- e) Declaração de Adimplência (Anexo IX).

7.8. DA VALIDADE DOS DOCUMENTOS E CERTIDÕES

7.8.1. As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios. Inexistindo menção ao prazo de validade, reputar-se-ão válidas pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua emissão.

7.8.2. Os documentos exigidos nos itens anteriores deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, na forma do artigo 32, da Lei Federal n.º 8.666/93.

7.8.3. O interessado é responsável pelas informações prestadas, sendo motivo de descredenciamento a prestação de informações falsas ou que não reflitam a realidade dos fatos.

7.8.4. A Comissão de Credenciamento poderá, a qualquer momento, solicitar a apresentação dos originais dos documentos exigidos

8. DO PROCEDIMENTO PARA O CREDENCIAMENTO E DA CONTRATAÇÃO

8.1. A partir do início prazo de Credenciamento, os interessados poderão solicitar sua inscrição, mediante a assinatura do Termo de Adesão constante do Anexo XI, no qual deverá ser indicado um representante para os fins deste Credenciamento.

8.2. Os interessados deverão apresentar a documentação em envelope lacrado, endereçado à Comissão de Credenciamento, no protocolo da FME, endereço: Rua Visconde do Uruguai, nº 414, Centro – Niterói - CEP: 24.030-075, das 10 às 16 horas, conforme subitem 5.1 do presente edital.

8.2.1 O envelope deverá conter, obrigatoriamente, todos os documentos relacionados nos subitens 7.1 a 7.7 deste Edital de Credenciamento e o Termo de Adesão.

8.2.2. Os envelopes deverão ter os seguintes dizeres pelo lado de fora (o campo relativo ao número do credenciamento será preenchido pela FME segundo a ordem de entrega dos envelopes):

PROGRAMA ESCOLA PARCEIRA 2022
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº ____/2022
INSTITUIÇÃO PRIVADA DE ENSINO

(Nome da escola)
DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

8.3. A Comissão de Credenciamento terá 5 (cinco) dias úteis, após término do prazo de inscrição, para análise da documentação dos interessados e divulgação do

resultado no Diário Oficial do Município e no Sítio Eletrônico da FME, www.educacaoniteroi.com.br.

8.3.1. A referida comissão publicará no Diário Oficial do Município e no Sítio Eletrônico da FME a relação das instituições habilitadas, bem como a relação das instituições inabilitadas.

8.4. Os recursos contra as decisões da Comissão de Credenciamento serão apresentados por escrito no prazo de até 02 (dois) dias úteis, dirigidos ao Presidente da referida comissão para reconsideração. Reconsiderando ou não sua decisão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a Comissão de Credenciamento dará ciência do resultado dos recursos aos demais credenciados e interessados.

8.5. Uma vez habilitado, o interessado será convocado para, em até 05 (cinco) dias úteis comparecer à FME, ao setor de Gerência de Contratos e Convênios, das 10 às 16h, para assinatura do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, nos termos da minuta Constante do Anexo XIV.

8.6. As Instituições Particulares de Ensino credenciadas nos termos deste Edital poderão ser descredenciadas, por iniciativa própria ou por ato da FME, na forma do Decreto Municipal nº 14.340/2022.

9. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. O período para execução da prestação do serviço será de abril de 2022 até janeiro de 2023 mediante a prestação de contas dos serviços prestados.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. A FME pagará ao Credenciado, mensalmente, o valor correspondente ao quantitativo de crianças matriculadas, e o valor acordado, conforme a proposta de preços, mediante encaminhamento mensal de relatório para a FME.

10.1.1. O pagamento anual a título de material pedagógico, consumo e uniforme ocorrerá mediante prestação de contas em processo administrativo aberto para este fim, constando Declaração de Recebimento do Material Pedagógico e Uniforme (Anexo V), assinada pelo responsável do aluno.

10.1.2. É expressamente vedada ao Credenciado a cobrança de qualquer valor além do estipulado pelo Município para as bolsas de estudo mensais e para as despesas anuais relativas à compra de material pedagógico, consumo e uniforme.

10.2. O Credenciado deverá apresentar ao Município de Niterói relação discriminada dos serviços prestados, constando a quantidade, a modalidade de recebimento dos documentos, o montante total devido e demais informações que se fizerem necessárias à apuração da prestação dos serviços, para verificação do Município de Niterói.

11. ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

11.1. O objeto contratual será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei nº 8.666/93 e na cláusula sétima da minuta de contrato (Anexo XIV), dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da referida Lei.

11.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

11.3. Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo Contratado, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da repartição interessada.

12. DAS PENALIDADES

12.1. A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato no prazo estipulado no Edital, bem como a inexecução, total ou parcial do contrato, a execução imperfeita, a mora na execução, ou qualquer impedimento ou infração contratual da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, a torna sujeita às seguintes sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

a) advertência;

b) multa de até 5% (cinco por cento) sobre a média aritmética dos valores mensais pagos à CONTRATADA até o momento da imposição da multa, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta.

c) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, conforme artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do CONTRATANTE.

12.3. A sanção prevista na alínea b do subitem 12.1 poderá ser aplicada cumulativamente a outra.

12.4. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e ampla defesa.

12.5. A multa administrativa prevista na alínea b não tem caráter compensatório, não eximindo a CONTRATADA do pagamento por perdas e danos em relação às infrações cometidas.

12.6. A aplicação da sanção prevista na alínea d é de competência exclusiva do Presidente da Fundação Municipal de Educação, devendo ser precedida de defesa do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

12.7. O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

12.8. O valor da multa será pago diretamente ou descontado das próximas faturas.

12.9. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de mora de 5% (cinco por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

12.10. Antes da aplicação de quaisquer penalidades administrativas previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do item 12, será garantido o exercício do contraditório e ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação pessoal da CONTRATADA.

12.11. Será remetida à FME cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela Contratada, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. O presente Credenciamento poderá ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado no



todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, de acordo com o art. 49 da Lei n.º 8.666/93, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

13.2. O objeto do presente Edital de Credenciamento/Chamamento Público poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, § 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93.

13.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

13.4. Acompanham este instrumento convocatório os seguintes anexos, disponíveis em <http://www.educacaoniteroi.com.br/> a partir das 14h no dia da publicação em Diário Oficial do Município:

ANEXO I - DECLARAÇÃO DE FREQUÊNCIA

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE INFORMAÇÕES

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DEFERIMENTO DE MATRÍCULA

ANEXO IV - TERMO DE RESPONSABILIDADE PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DO MATERIAL PEDAGÓGICO E UNIFORME.

ANEXO VI - PROPOSTA TÉCNICA

ANEXO VII - MODELO DE QUADRO FUNCIONAL

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM O PODER PÚBLICO

ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA

ANEXO X - RELATÓRIO MENSAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCACIONAL

ANEXO XI - TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

ANEXO XII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 7.º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

ANEXO XIII - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO XIV - MINUTA DO CONTRATO

13.5. Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade superior, observados os Princípios que informam a atuação da Administração Pública.

13.6. Ficam os interessados sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, no Credenciamento, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

13.7. O foro da comarca de Niterói é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Credenciamento e à contratação e execução dele decorrentes.

ANEXO I - DECLARAÇÃO DE FREQUÊNCIA

Eu, _____ (nome completo), CPF _____ (número), representante legal da Instituição _____ (nome da Instituição Privada de Ensino), inscrita no CNPJ _____ (número), declaro sob as penas da Lei, que _____ (nome da criança) frequentou as atividades nos dias e horários estabelecidos no calendário escolar, no período compreendido entre ____/____/____ (data de início) e ____/____/____ (data de fim), conforme registrado no diário de classe da turma GREI _____. Declaro ainda que as informações prestadas são verídicas e que estou ciente das penalidades da Lei.

Niterói, ____/____/____

Assinatura do representante legal da Instituição Particular de Ensino
ANEXO II - DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE INFORMAÇÕES

Eu, _____ (nome completo), CPF _____ (número), responsável por _____ (nome completo da criança), declaro, sob as penas da Lei, que recebi todas as informações pertinentes à bolsa de estudo disponibilizada pelo município de Niterói/Secretaria Municipal de Educação/Fundação Municipal de Educação relativo ao ano letivo em curso _____ (indicar o ano). O atendimento, a minha pessoa, foi realizado pelo (a) _____ (nome do profissional), CPF _____ (número).

Declaro ainda, que as informações prestadas referem-se à gratuidade total da bolsa de estudo, durante período em que a criança estiver matriculada, sendo seu atendimento custeado pelo Município de Niterói. Tenho ciência que não poderá ser feito nenhum tipo de cobrança por parte da _____ (nome da Instituição Particular de Ensino).

Niterói, ____/____/____

Assinatura do responsável legal pela criança

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DEFERIMENTO DE MATRÍCULA

Eu, _____ (nome completo), CPF _____ (número), na qualidade de representante legal da Instituição _____ (nome da Instituição Privada de Ensino), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ (número), declaro, sob as penas da lei, que recebi e realizei a conferência dos documentos necessários da criança _____ (nome da criança), beneficiada pela bolsa de estudo disponibilizada pela FME, com parecer DEFERIDO para efetivar matrícula nesta Instituição Particular de Ensino. Declaro ainda, que estou ciente de minha responsabilidade civil e penal, responsabilizando-me pela constatação da veracidade das informações e documentos a mim apresentados, e que eventuais divergências ou irregularidades detectadas, bem como as alterações e correções que se fizerem necessárias serão comunicadas à Fundação Municipal de Educação imediatamente.

Niterói, ____/____/____

Assinatura do representante legal da Instituição Privada de Ensino

ANEXO IV - TERMO DE RESPONSABILIDADE PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES

Eu, _____ (nome completo), CPF _____ (número), responsável por _____ (nome completo da criança), declaro, sob pena de perda da bolsa de estudo e responsabilização legal, que todas as informações prestadas e documentação entregues no ato da matrícula do meu dependente são verdadeiras.



Assumo a responsabilidade de fazer bom uso da bolsa de estudo disponibilizada pela Prefeitura, fazendo meu dependente frequentar a unidade escolar nos horários e dias estabelecidos conforme calendário escolar recebido no ato da matrícula. Em caso de desistência, assumo a responsabilidade de comunicar no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a Instituição Particular de Ensino, bem como a Fundação Municipal de Educação.

Niterói, ____/____/____

Assinatura do responsável legal pela criança

Atesto que toda documentação exigida no ato da matrícula da criança foi entregue e conferida a autenticidade pela Instituição Privada de Ensino.

Nome e assinatura responsável pelo atesto

Assinatura do representante legal da Instituição Particular de Ensino

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DO MATERIAL PEDAGÓGICO E UNIFORME

Eu, _____ (nome completo),
CPF _____ (número), responsável por
_____, (nome completo da criança),
declaro, sob as penas da Lei, que recebi da _____ (nome
da Instituição Particular de Ensino):

☐ Material didático-pedagógico para o ano letivo 2022

☐ Uniforme para o ano letivo 2022

Declaro ainda que o material pedagógico, de consumo, e de uniforme serão utilizados durante todo o período em que a criança estiver matriculada. Tenho ciência que não poderá ser feito nenhum tipo de cobrança por parte da _____ (nome da Instituição Particular de Ensino).

Niterói, ____/____/____

Assinatura do responsável legal pela criança

ANEXO VI – PROPOSTA TÉCNICA

1 – Dados Cadastrais

Orgão Contratante Fundação Municipal da Educação		CNPJ	
Endereço: Rua Visconde do Uruguai, nº 414 - Centro			
Cidade Niterói	UF RJ	CEP 24.030-075	Telefone
Instituição Contratada Denominação ou Razão Social		CNPJ	
Endereço:			
Cidade Niterói	UF RJ	CEP	Telefone
E-mail			
Nome do Responsável e função:			
Identidade e CPF do responsável:			

2 – Características físicas das salas de aula da instituição de ensino

SALA	ÁREA (m ²)	GRUPO	VAGAS TOTAIS	VAGAS PREENCHIDAS	VAGAS DISPONIBILIZADAS

3 – Composição dos Custos

Valor unitário mensal de bolsa de estudos (por extenso)	Valor unitário anual de material didático, paradidático e uniforme (por extenso)

* O valor praticado pela entidade de ensino deverá ser comprovado através de recibos ou qualquer outro documento de conhecimento público que declare o valor a ser cobrado pela instituição.

*** Estes valores não podem ultrapassar os valores *per capita* de referência, ou seja, o seguinte teto:

R\$ 575,63 (quinhentos e setenta e cinco reais e sessenta e três centavos) mensais por criança inscrita na modalidade de tempo parcial: horário de atendimento à criança de no mínimo 4 (quatro) horas diárias;

4 – Vagas Disponibilizadas e Anuidade

Descrição do turno (matutino ou vespertino)	Número de Vagas Disponibilizadas	Valor Anual Total a título de bolsa de estudos	Valor Anual Total a título de material didático, paradidático e uniforme

Nome e assinatura do Representante Legal

ANEXO VII – MODELO DE QUADRO FUNCIONAL

Nome do Profissional	Função	Formação	Carga Horária

Nos termos do artigo 4º, IV e §2º, do Decreto Municipal nº 14.340/2022, a instituição privada de ensino credenciada deverá comprometer-se a não reduzir o número de empregados durante os meses de pagamento das bolsas e os empregados que forem demitidos, na forma da legislação trabalhista em vigor, deverão ser substituídos por outros, com a finalidade de manutenção do mesmo número total de empregados do momento de credenciamento ao Programa.

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM O PODER PÚBLICO

Declaro, para os devidos fins, que nenhum dos dirigentes desta sociedade é agente político de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, ou possui vínculo estatutário com a FME/SME ou qualquer outro órgão da administração direta ou indireta do Município nem cônjuge ou companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau das pessoas indicadas acima.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

Niterói, (data)

Nome do(a) Responsável _____
Cargo/ nome da Instituição Privada de Ensino _____
ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA

(Nome Completo), (Cargo), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº (número do CNPJ), declara, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, que não se encontra em mora nem em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

Niterói, (data)

Nome do(a) Responsável _____
Cargo/ nome da Instituição Privada de Ensino _____

ANEXO X – RELATÓRIO MENSAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCACIONAL

Nome da Escola ou Creche:

Nome da Escola ou Creche:											
Nº	Nome da Criança	Modalidade (integral, parcial matutino ou parcial vespertino)	Frequência		Data de Nascimento	Fone	Endereço	E-mail	Data de Matrícula		
			Faltas Justificadas	Faltas não Justificadas							
Totais da escola											
Total de alunos atendidos											

Número do Contrato:

Niterói. (data)

Nome do(a) Responsável
Cargo/ nome da Instituição Privada de Ensino

ANEXO XI

TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

A Instituição Privada de Ensino _____, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, declara sua ciência e anuência a todos os termos fixados no Edital de Credenciamento nº ____/2020, da Fundação Municipal de Educação de Niterói, para a prestação de serviços educacionais na forma da Lei Municipal nº 3.695/2022, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 14.340/2022.

, de de 2022

(Nome e assinatura do Representante Legal)

ANEXO XII

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

_____, (nome da Instituição Privada de Ensino), CNPJ _____ (número de inscrição), sediada em _____ (endereço completo), por intermédio de seu Representante Legal, infra-assinado, DECLARA, para fins de direito que, na qualidade de Interessado no Credenciamento nº 04/2020, conforme disposto no artigo 7º da Constituição Federal, na Lei nº 9.854, de 27.10.1999, publicada no Diário Oficial da União de 28.10.1999, e inciso V do artigo 13 do Decreto nº 3.555, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

de 2022

(Assinatura do representante legal)

FUNDACÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atos do Presidente

Portaria FME nº487/2022 - Art. 1º - Dispensar, a contar de 31/03/2022, a servidora **Djenane Luisa Freire Firmino**, Matricula nº1236568-2, da Direção Geral da UMEI Zilda Arns Neumann.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Portaria FME nº 488/2022 - Art. 1º - Designar, a contar de 31/03/2022, a servidora **Priscila Lourenço Figueiredo da Silva**, Matrícula nº112371557, para responder pela Direção Geral da UMEI Zilda Arns Neumann.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Portaria FME nº 489/2022 - Art. 1º - Dispensar, a contar de 31/03/2022, a servidora **Priscila Lourenço Figueiredo da Silva**, Matrícula nº112371557, da Direção Adjunta da UMEI Zilda Arns Neumann.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 008/2022

Instrumento: TERMO DE CONTRATO Nº 008/2022. **Partes:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI E A AGIRA TECNOLOGIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. O presente Termo de Contrato tem por objeto aquisição de TABLETS para atender o sistema de ensino híbrido nas unidades escolares de rede da Fundação Municipal de Educação de Niterói (FME), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência. **Prazo:** O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses conforme disposto nas fls.19 do Termo de Referência, podendo ser revisto nas hipóteses e forma a que alude o art.57, § 1º da Lei 8.666/93, conforme disposto no Processo Administrativo 210/4624/2021. Este Termo de Contrato entrará em vigor na data de sua publicação.

Valor: O valor total do presente contrato é de **2.999.529,00** (dois milhões, novecentos e noventa e nove mil, quinhentos e vinte e nove reais), à conta do Programa de Trabalho Nº 20.43.12.361.135.5519; Código de Despesa 3.3.39.0.32.00.00.00; Fonte: 138; Nota de Empenho 000104/2022. **Gestora/Fiscais:** De acordo com a Portaria FME Nº 484/2022. **Fundamento Legal:** pela Lei Federal nº 8.666/1993 c/c n.º 10.520/2002 c/c o Decreto n.º 10.024/2019, decreto Nº7892/2013.

Processos: 210/4624/2021. **Data da Assinatura:** 24/03/2022.



PORTARIA FME Nº 484/2022 - Art. 1º: Designar, em conformidade com o Decreto Nº 11.950/2015, como **Gestora** o Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), Sr. Marcos Vinicius Miranda Apolinário, matrícula 241.198-9, responder administrativamente pela gestão do presente Contrato e acompanhar de forma ampla, irrestrita e permanente a fiscalização, através dos servidores Ernani Vasconcellos De Paiva, matrícula 234.607-0 e Daniel Marques De Mattos, matrícula 236.897-5, ambos lotados no Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), do Contrato Nº 008/2022, o qual tem por objeto aquisição de TABLETS para atender o sistema de ensino híbrido nas unidades escolares da Rede da Fundação Municipal de Educação de Niterói (FME), celebrado entre a FME e a AGIRA TECNOLOGIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA., Processos Administrativos 210/4624/2021. **Art. 2º:** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 006/2022

Instrumento: TERMO DE CONTRATO Nº 006/2022. **Partes:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI E A NUTRIMIX COMERCIAL LTDA-EPP. **Objeto:** O presente Contrato tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios – leite e fórmulas (2ª RETIRADA – LOTE 05) a serem utilizados na elaboração do cardápio das Unidades Escolares, Projetos e Instituições Filantrópicas da Rede Municipal de Niterói, conforme solicitação do Departamento de Alimentação Escolar/FME, através do Ofício Nº 083/2022, fls. 02, Processo Administrativo Nº 210/0187/2022. **Prazo:** O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses ou adstritos aos créditos orçamentários, podendo ser revisto nas hipóteses e forma a que alude o art.57, inciso II da Lei 8.666/93, conforme disposto no Processo Administrativo 210/0259/2021. Este Contrato entrará em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial. **Valor:** O valor total do presente contrato é de **R\$ 1.181.499,88** (um milhão e cento e oitenta e um mil e quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos), à conta do Programa de Trabalho Nº 20.43.12.306.0135.4072; Código de Despesa 3.3.3.9.0.30.00.00.00; Fonte: 138; Nota de Empenho: 000075/2022. **Gestora/Fiscais:** De acordo com a Portaria FME Nº 481/2022. **Fundamento Legal:** pela Lei Federal nº 8.666/93 c/c N.º 10.520/2002 c/c o Decreto n.º 10.024/2019. **Processos:** 210/0259/2021; 210/0187/2022. **Data da Assinatura:** 18/03/2022.

PORTARIA FME Nº 481/2022 - Art. 1º: Designar, em conformidade com o Decreto Nº 11.950/2015, como **Gestora** a Diretora do Departamento de Alimentação Escolar/FME, Sr.ª Ivone Albertino Rosa, matrícula 219.379-5, responder administrativamente pela gestão do presente Contrato e acompanhar de forma ampla, irrestrita e permanente a fiscalização, através das servidoras Glaucete Vieira Domingues Castro, Professor, matrícula 11.231.754-3 e Rosane Reynier Barreira, Professor, matrícula 11.229.382-7, ambas lotadas no Departamento de Alimentação Escolar/FME, a qual tem por aquisição de gêneros alimentícios – leite e fórmulas (2ª RETIRADA – LOTE 05) a serem utilizados na elaboração do cardápio das Unidades Escolares, Projetos e Instituições Filantrópicas da Rede Municipal de Niterói celebrado entre a FME e a NUTRIMIX COMERCIAL LTDA-EPP, Processos Administrativos 210/0259/2021 e 210/0187/2022. **Art. 2º:** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CORRIGENDA

Alteração da Portaria N.º 2715/2019, publicada em 06 de janeiro de 2019. (Gestor e Fiscais). **A Portaria N.º 492/2022,** Altera a Portaria N.º **2715/2019,** que trata de Gestor e Fiscais, conforme a Lei N.º 11.950/2015. **Art. 1º:** Designar, em conformidade com o Decreto Nº 11.950/2015, como Gestor: Diretor do DSO Sr. Wilber de Araújo Vasquez, Matrícula: 11.234.955-3 a fiscalização, através dos servidores Paulo Emery lembo, Auxiliar Técnico, Matrícula 237.803-1 e o servidor Bruno Lisboa Inecco, Agente Administração Educacional, matrícula n.º 234.869-6, ambos lotados no DSO. **Art. 2º:** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Alteração da Portaria N.º 2715/2019, publicada em 06 de janeiro de 2019. (Gestor e Fiscais). **A Portaria N.º 492/2022,** Altera a Portaria N.º **2715/2019,** que trata de Gestor e Fiscais, conforme a Lei N.º 11.950/2015. **Art. 1º:** Designar, em conformidade com o Decreto Nº 11.950/2015, como Gestor: Diretor do DSO Sr. Wilber de Araújo Vasquez, Matrícula: 11.234.955-3 a fiscalização, através dos servidores Paulo Emery lembo, Auxiliar Técnico, Matrícula 237.803-1 e o servidor Bruno Lisboa Inecco, Agente Administração Educacional, matrícula n.º 234.869-6, ambos lotados no DSO. **Art. 2º:** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

NITERÓI PREV

Atos do Presidente

PORT. nº 50/2022- Conceder, a contar de 20/02/2022, pensão a **JORGE LUIZ SOARES DA SILVA,** viúvo da ex-servidora **SILVANA BRAZ SOARES DA SILVA,** aposentado no cargo de AGENTE EDUCADOR INFANTIL – NÍVEL MÉDIO – CATEGORIA VI – DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, matrícula nº 228.518-7, falecido em 20/02/2022, de acordo com artigo 6º, inciso I, artigo 7º, inciso III, alínea "b", item 6, artigo 13, inciso II, alínea "a" da Lei Municipal nº 2.288/05, com nova redação dada pela Lei nº 3.248/2016 c/c o artigo 7º da E.C 41/03 e o inciso I do § 7º do artigo 40 da CRFB/88, conforme processo nº **310/001543/2022.**

PORT. nº 49/2022- Conceder, a contar de 18/12/2021, pensão a **CELMA REGINA CUNHA DE SOUSA,** viúva do ex-servidor **JOSE CRAVEIRO DE SOUSA,** falecido em 18/12/2021, aposentado no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – CLASSE A – REFERÊNCIA XIV – NÍVEL MÉDIO – DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, matrícula nº 221.613-3, de acordo com artigo 6º, inciso I, artigo 7º, inciso III, alínea "b", item 6, artigo 13, inciso II, alínea "a" da Lei Municipal nº 2.288/05 c/c o artigo 7º da E.C 41/03 e o inciso I do § 7º do artigo 40 da CRFB/88, conforme processo nº **310/000134/2022.**

FIXAÇÃO DE PENSÃO

Fica calculada e fixada, a contar de 20/02/2022, em **R\$ 4.006,95** (quatro mil e seis reais e noventa e cinco centavos), a pensão mensal de **JORGE LUIZ SOARES DA SILVA,** viúvo da ex-servidora **SILVANA BRAZ SOARES DA SILVA,** aposentado no cargo de AGENTE EDUCADOR INFANTIL – NÍVEL MÉDIO – CATEGORIA VI – DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, matrícula nº 228.518-7, falecido em 20/02/2022, de acordo com artigo 6º, inciso I, artigo 7º, inciso III, alínea "b", item 6, artigo 13, inciso II, alínea "a" da Lei Municipal nº 2.288/05, com nova redação dada



pela Lei nº 3.248/2016 c/c o artigo 7º da E.C 41/03 e o inciso I do § 7º do artigo 40 da CRFB/88, conforme parcelas abaixo discriminadas:

Proventos do cargo:

Lei nº 3.615/2021 c/c artigo 40, §7º, inciso I, da CRFB/88R\$ 2.882,70

Gratificação de adicional:

30% - Artigo 98 inciso I da Lei nº 531/85 c/c a Deliberação nº 2833/72, inciso I do § 7º do artigo 40 da CRFB/88..... R\$ 864,81

Parcela de Direito Pessoal:

9% de Adicional por Formação Continuada - artigo 13 da Lei nº 2.307/2006, publicada em 19/01/2006.....R\$ 259,44

TOTAL:.....R\$ 4.006,95

Ficam fixados, a contar de 03/10/2018, em **R\$ 7.833,56** (sete mil, oitocentos e trinta e três reais e cinquenta e seis centavos), os proventos mensais de **VANIA SANTOS DA SILVA PERES**, aposentada no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO, nível 03, categoria VI**, do Quadro Permanente, matrícula nº 1224.456-4, em face do apurado através dos autos nº 020/0296/2015, ficando consequentemente cancelada a apostila publicada em 04/10/2018, conforme as parcelas abaixo discriminadas:

Vencimento do cargo - Lei nº 3.365/2018, publicada em 21/07/2018 - incisos I, II, III e o § único do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, publicada em 06/07/2005.....R\$ 2.383,10

Adicional de Tempo de Serviço - 30% - artigo 98 inciso I e 145 da Lei nº 531/85, c/c o artigo 1º da Deliberação nº 2833/72, calculada sobre o vencimento do cargo integral.....R\$ 714,93

Adicional de Tempo de Integral -100% - artigo 98 Inciso IV e 145 da Lei nº 531/85, c/c o artigo 1º da Deliberação nº 2833/72, calculada sobre o vencimento do cargo integral.....R\$ 2.383,10

Parcela de Direito Pessoal: valor de 2/3 do símbolo CC-3 – artigo 98, inciso II da Lei nº 531/85, c/c art. 17 da Lei nº 1.164/93, publicada em 13/02/1993, e em face do apurado através dos autos nº 020/0296/2015.....R\$ 278,72

Parcela de Direito Pessoal – valor de 80% de Tempo Integral artigo 98, inciso II da Lei nº 531/85, art. 17 da Lei nº 1.164/93, publicada em 13/02/1993 c/c Decreto nº 3.969/93, publicada em 16/08/93, e em face do apurado através dos autos nº 020/0296/2015, calculado sobre o vencimento do cargo integral.....R\$ 1.906,48

Parcela de Direito Pessoal – valor de 40% de Trabalho Técnico Científico - artigo 98, inciso II da Lei nº 531/85, c/c art. 17 da Lei nº 1.164/93, publicada em 13/02/1993, e em face do apurado através dos autos nº 020/2226/2014, calculado sobre o valor do cargo em comissão.....R\$ 167,23

TOTAL:R\$ 7.833,56

Ficam fixados, a contar de 22/05/2018, em **R\$ 10.038,03** (dez mil, trinta e oito reais e três centavos), os proventos mensais de **EDNEA RODRIGUES AREAS**, aposentada no cargo **OFICIAL FAZENDÁRIO, nível 04, categoria VI**, do Quadro Permanente da Administração Direta, matrícula nº 1219.156-7, em face do apurado através dos autos nº 020/1088/2016, ficando consequentemente cancelada a apostila publicada em 23/05/2018, conforme as parcelas abaixo discriminadas:

Vencimento do cargo – Lei nº 3.298/2017, publicada em 30/06/2017 – incisos I, II, III e o parágrafo único do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, publicada em 06/07/2005.....R\$ 3.077,30

Adicional por Tempo de Serviço – 35% - artigo 98 inciso I e 145 da Lei nº 531/85, c/c o artigo 1º da Deliberação nº 2833/72, calculada sobre o vencimento do cargo integral.....R\$ 1.077,05

Adicional de Tempo Integral – 95% - artigo 98Inciso IV e 152 da Lei nº 531/85, calculado sobre o vencimento do cargo integral.....R\$ 2.923,44

Parcela de Direito Pessoal – artigo 98 inciso II da Lei nº 531/85, c/c o artigo 2º da Lei nº 940/81 c/c artigo 5º da Lei nº 1.164/93.....R\$ 65,44

Parcela de Direito Pessoal: valor de 2/3 do símbolo CC-3 – artigo 98, inciso II da Lei nº 531/85, c/c artigo 17 da Lei nº 1.164/93, publicada em 13/02/1993, e em face do apurado através dos autos nº 020/1088/2016.....R\$ 270,60

Parcela de Direito Pessoal – valor de 80 % de Tempo Integral artigo 98, inciso II da Lei nº 531/85, artigo 17 da Lei nº 1.164/93, publicada em 13/02/1993 c/c Decreto nº 3.969/93, publicada em 16/08/93, e em face do apurado através dos autos nº 020/1088/2016, calculado sobre o vencimento do cargo integral.....R\$ 2.461,84

Parcela de Direito Pessoal – valor de 40% de Trabalho Técnico Científico - artigo 98, inciso II da Lei nº 531/85, c/c artigo 9 da Deliberação nº 2937/75 e artigo 17 da Lei nº 1.164/93, publicada em 13/02/1993, e em face do apurado através dos autos nº 020/1088/2016, calculado sobre o valor do cargo em comissão.....R\$ 162,36

TOTAL:R\$ 10.038,03

Ficam fixados, a contar de 30/08/2017, em **R\$ 9.583,27** (nove mil, quinhentos e cinquenta e três reais e vinte e sete centavos), os proventos mensais de **VIRGINIA LUCIA BRAGA DE AZEVEDO GOMES SOARES**, aposentada no cargo de **ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO, nível 04, categoria VI**, do Quadro Permanente da Administração Direta, matrícula nº 1224.791-4 em face do apurado através dos autos nº 020/2957/2017, ficando consequentemente cancelada a apostila publicada em 31/08/2017, conforme as parcelas abaixo discriminadas:

Vencimento do cargo – Lei nº 3.298/2017, publicada em 30/06/2017 – incisos I, II, III e o parágrafo único do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, publicada em 06/07/2005.....R\$ 2.606,21

Adicional por Tempo de Serviço - 30% artigo 98 inciso I e 145 da Lei nº 531/85, c/c o artigo 1º da Deliberação nº 2833/72, calculada sobre o vencimento do cargo integral.....R\$ 781,86

Gratificação de Tempo Integral – 100% - artigo 98 inciso IV e 152 da Lei nº 531/85, calculado sobre o vencimento do cargo integral.....R\$ 2.606,21

Parcela de Direito Pessoal: valor de 2/3 do símbolo CC-1 – artigo 98, inciso II da Lei nº 531/85, c/c artigo 17 da Lei nº 1.164/93, publicada em 13/02/1993, e em face do apurado através dos autos nº 020/2957/2017.....R\$ 561,59



Parcela de Direito Pessoal – valor de 100% de Tempo Integral artigo 98, inciso II da Lei nº 531/85, artigo 17 da Lei nº 1.164/93, publicada em 13/02/1993 c/c Decreto nº 3.969/93, publicada em 16/08/93, e em face do apurado através dos autos nº 020/2957/2017, calculado sobre o vencimento do cargo integral.....R\$ 2.606,21
Parcela de Direito Pessoal – valor de 50% de Trabalho Técnico Científico - artigo 98, inciso II da Lei nº 531/85, c/c artigo 9 da Deliberação nº 2937/75 e artigo 17 da Lei nº 1.164/93, publicada em 13/02/1993, e em face do apurado através dos autos nº 020/2957/2017, calculado sobre o valor do cargo em comissão.....R\$ 421,19

TOTAL:R\$ 9.583,27

Ficam fixados, a contar de 24/10/2018, em **R\$ 28.302,34** (vinte e oito mil, trezentos e dois reais e trinta e quatro centavos), os proventos mensais de **LUCIANITA FREM**, aposentada no cargo de **ENGENHEIRO, nível 05, categoria VI**, do Quadro Permanente da Administração Direta, matrícula nº **1221.826-1**, em face do apurado através dos autos nº 020/0263/2017, ficando consequentemente cancelada a apostila publicada em 25/10/2018, conforme as parcelas abaixo discriminadas:

Vencimento do cargo - Lei nº 3.365/2018, publicada em 21/07/2018 - incisos I, II, III e o § único do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, publicada em 06/07/2005.....R\$ 8.555,27

Adicional de Tempo de Serviço - 35% - artigo 98 inciso I e 145 da Lei nº 531/85, c/c o artigo 1º da Deliberação nº 2833/72, calculada sobre o vencimento do cargo integral.....R\$ 2.994,35

Parcela de Direito Pessoal – artigo 98, inciso II da Lei nº 531/85, c/c o artigo 3º da Lei nº 964/91 e o artigo 5º da Lei nº 1.164/93.....R\$ 77,00

Adicional de Tempo de Integral - 100% - artigo 98 inciso IV e 152 da Lei nº 531/85, c/c o artigo 1º da Deliberação nº 2833/72, calculada sobre o vencimento do cargo integral.....R\$ 8.555,27

Parcela de Direito Pessoal: valor de 2/3 do símbolo CC-2 – artigo 98, inciso II da Lei nº 531/85, c/c art. 17 da Lei nº 1.164/93, publicada em 13/02/1993, e em face do apurado através dos autos nº 020/0263/2017.....R\$ 420,69

Parcela de Direito Pessoal – valor de 90% de Tempo Integral artigo 98, inciso II da Lei nº 531/85, art. 17 da Lei nº 1.164/93, publicada em 13/02/1993 c/c Decreto nº 3.969/93, publicada em 16/08/93, e em face do apurado através dos autos nº 020/0263/2017, calculado sobre o vencimento do cargo efetivo.....R\$ 7.699,76

Parcela de Direito Pessoal – valor de 50% de Trabalho Técnico Científico - artigo 98, inciso II da Lei nº 531/85, c/c art. 17 da Lei nº 1.164/93, publicada em 13/02/1993, e em face do apurado através dos autos nº 020/0263/2017, calculado sobre o valor do cargo em comissão.....R\$ 315,52

TOTAL:R\$ 28.302,34

Ficam fixados, a contar de 01/06/2017, em **R\$ 3.320,32** (três mil, trezentos e vinte reais e trinta e dois centavos), os proventos mensais de **FERNANDO ANTONIO DE JESUS COSTA**, aposentado no cargo de **TRABALHADOR, nível 01, categoria IV** do Quadro Permanente, matrícula nº **1222.181-0**, em face do apurado através dos autos nº 020/2110/2016, ficando consequentemente cancelada a apostila publicada em 02/06/2017, conforme as parcelas abaixo discriminadas:

Vencimento do cargo - Lei nº 3.298/2017, publicada em 30/06/2017 - incisos I, II, III e o § único do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, publicada em 06/07/2005.....R\$ 1.761,72

Adicional de Tempo de Serviço - 35% - artigo 98, inciso I e 145 da Lei nº 531/85, c/c o artigo 1º da Deliberação nº 2833/72, calculada sobre o vencimento do cargo integral.....R\$ 616,60

Parcela de Direito Pessoal: valor da função gratificada símbolo FG-2 – artigo 98, inciso II da Lei nº 531/85, c/c art. 17 da Lei nº 1.164/93, publicada em 13/02/1993, e em face do apurado através dos autos nº 020/2110/2016.....R\$ 61,14

Parcela de Direito Pessoal: valor de 50% de Gratificação de Tempo Integral – artigo 98, inciso II da Lei nº 531/85, c/c Decreto nº 3.969/93, publicada em 16/08/83, art. 17 da Lei nº 1.164/93, publicada em 13/02/1993 e em face do apurado através dos autos nº 020/2110/2016, calculado sobre o vencimento do cargo integral.....R\$ 880,86

TOTAL:R\$ 3.320,32

Fica calculada e fixada, a contar de 18/12/2021, em **R\$ 3.441,14** (três mil, quatrocentos e quarenta e um reais e quatorze centavos), a pensão mensal de **CELMA REGINA CUNHA DE SOUSA**, viúva do ex-servidor **JOSE CRAVEIRO DE SOUSA**, falecido em 18/12/2021, aposentado no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – CLASSE A – REFERÊNCIA XIV – NÍVEL MÉDIO – DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, matrícula nº 221.613-3, de acordo com artigo 6º, inciso I, artigo 7º, inciso III, alínea "b", item 6, artigo 13, inciso II, alínea "a" da Lei Municipal nº 2.288/05 c/c o artigo 7º da E.C 41/03 e o inciso I do § 7º do artigo 40 da CRFB/88, conforme parcelas abaixo discriminadas:

Proventos do cargo:

Lei nº 3.615/2021 c/c o artigo 7º da E.C 41/03 e o inciso I do § 7º do artigo 40 da CRFB/88..... **R\$ 2.548,99**

Gratificação de adicional:

35% - Art.98 inciso I da Lei nº 531/85 c/c a Deliberação nº 2833/72, o artigo 7º da E.C 41/03 e o inciso I do § 7º do artigo 40 da CRFB/88..... **R\$ 892,15**

TOTAL:R\$ 3.441,14

Despacho do Presidente

PROCESSO Nº 310/001128/2022 – Nº 310/001997/2022 – Nº 310/001195/2022 – **INDEFERIDO**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Niterói Prev., no uso de suas atribuições legais, decide CONVOCAR para comparecer nesta Autarquia Previdenciária, localizada na Rua da Conceição, 195, sala 402, Centro, Niterói – RJ, o Sr.º UBIRAJARA GRAVANO CONCEIÇÃO, no dia 04/04/2022, às 11:00 horas, em primeira convocação, e, não havendo comparecimento, em segunda convocação no dia 05/04/2022, às 13:00 horas, para tomar conhecimento da decisão exarada no Processo Administrativo nº 020/1244/2020.

Corrigenda:



Na publicação de 30 de março de 2022, referente a Apostila de Fixação de Proventos de ROBERTO DE ALMEIDA AGUIAR, onde se lê "seis mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e setenta e dois centavos" de, leia-se: "sete mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e setenta e dois centavos".

NITERÓI – EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A – NELTUR
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
SEGUNDO AVISO AOS ACIONISTAS

A NITERÓI-EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A – NELTUR, com sede na Cidade de Niterói, à Estrada Leopoldo Fróes, nº 773, São Francisco, CONVOCA os Senhores Acionistas para comparecerem à Reunião da Assembleia Geral Extraordinária, que acontecerá no dia 07 de abril de 2022, às 17 horas, na sede da Empresa. A reunião visa deliberar assuntos relacionados à subvenção do Carnaval 2022 e outros assuntos de interesse da sociedade.

EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO –
EMUSA

Atos do Presidente

Portarias

PORT. Nº. 89/2022 – Designar a contar de **01/04/2022**, **SAULO RANGEL CARDOSO** para exercer a **FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO – 2**.

PORT. Nº. 90/2022 – Designar a contar de **01/04/2022**, **JONNY PAZ OLIVEIRA** para exercer a **FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO – 2**.

PORT. Nº. 91/2022 – Designar a contar de **01/04/2022**, **RODRIGO BILARD FIGUEIRA DA SILVA** para exercer a **FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO – 1**.

PORT. Nº. 92/2022 – Designar a contar de **01/04/2022**, **HELIL BARRETO CARDOZO** para exercer a **FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO – 1**.

Corrigenda:

Na publicação do dia 29/03/2022, Port. 79/2022, onde se lê: **THAYANNA MARIA DA SILVA MARQUES** leia-se: **TAYANNA MARIA DA SILVA MARQUES**.

ORDEM DE REINÍCIO

Estamos concedendo Reinício ao **Contrato nº. 021/2021**, firmado com a empresa **PCE PROJETOS E CONSULTORIA DE ENGENHARIA LTDA**, objetivando a execução das Obras e/ou Serviços de "**ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DE MELHORIA DE MOBILIDADE E QUALIDADE URBANA DA ALAMEDA SÃO BOA VENTURA NO MUNICÍPIO DE NITERÓI**," a partir de **22/03/2022** com término previsto para **05/06/2022**. Proc. nº. **510000973/2021**. Presidente da EMUSA.

ORDEM DE PARALISAÇÃO

Estamos concedendo Ordem de Paralisação ao **CONTRATO nº. 021/2021**, firmado com a Empresa, **PCE PROJETOS E CONSULTORIA DE ENGENHARIA LTDA** objetivando a execução das obras e/ou serviços de "**ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DE MELHORIAS DE MOBILIDADE E QUALIDADE URBANA DA ALAMEDA SÃO BOA VENTURA NO MUNICÍPIO DE NITERÓI**", a partir de **01/01/2022**, por motivos administrativos. Proc. nº. **510000973/2021**.

Presidente da EMUSA.

OMITIDO DA PUBLICAÇÃO DO DIA 04/01/2022.

HOMOLOGAÇÃO

Homologo o resultado do procedimento licitatório na modalidade de TOMADA de PREÇOS nº. 002 / 2021 – Processo Administrativo nº. 510002118 / 2020, que visa a Execução dos Serviços para EMUSA de "**RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL e REPAROS do ESPELHO D'ÁGUA no MAC – MUSEU de ARTE CONTEMPORÂNEA no BAIRRO do INGÁ**", nesta Cidade, conforme EDITAL, adjudicando os Serviços a empresa **TANGRAN ENGENHARIA LTDA – CNPJ: 01.807.706 / 0001 - 22** pelo valor global de **R\$ 1.265.513,67 (UM MILHÃO, DUZENTOS e SESENTA e CINCO MIL, QUINHENTOS e TREZE REAIS e SETENTA e SETE CENTAVOS)**, com uma redução em relação ao valor estimado de **2,00%**, com Prazo de Entrega dos Serviços, Validade da Proposta e Pagamentos, conforme EDITAL, **AUTORIZANDO a DESPESA e a EMISSÃO de NOTA de EMPENHO**.

EXTRATO

INSTRUMENTO: Termo aditivo nº 04 ao contrato nº 09/2018; PARTES: EMUSA e PERFIL X CONSTRUTORA S.A.; OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência valor contratual e reajuste, conforme solicitação contida no processo nº 040001764/2021; PRAZO: Fica o prazo contratual estipulado na cláusula segunda do contrato ora aditado, por mais 12 (doze) meses a contar de 01/03/2022; VALOR: Fica o valor contratual acrescido de R\$ 1.870.750,38 (um milhão oitocentos e setenta mil setecentos e cinquenta reais e trinta e oito centavos) perfazendo o valor contratual para R\$ 14.510.619,94 (quatorze milhões quinhentos e dez mil seiscentos e dezenove reais e noventa e quatro centavos); FUNDAMENTO: art. 38, parágrafo único, art. 40 inc. XI, art. 55, inc. III, 57, II, §2º todos da Lei nº 8666/93; DATA: 28/02/2022 – Presidente da EMUSA.